



## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/PMCS/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/PMCS/2026

O município de Cocal do Sul torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelo **Decreto Municipal nº 03/2026, de 06 de janeiro de 2026**, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na sala de reuniões, na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC, onde será realizada licitação na modalidade **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**".

O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal 14.133, de 01/04/2021, IN SEGES/ME Nº 73/2022, Decreto Municipal nº 546/2022, Lei Complementar 123/2006, aplicando-se quaisquer outros dispositivos que venham a substituí-las, alterá-las ou completá-las, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa do ramo pertinente para o fornecimento de **Refeições Sistema Self-Service e Refeições Prontas Tipo Marmitta**, a serem servidas nas instalações da secretaria de obras, para atendimento aos servidores públicos da Prefeitura de Cocal do Sul/SC e no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, para atendimento as crianças do programa do município de Cocal do Sul. Obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência (anexo II) deste edital.

1.2 – Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente conforme Art. 107 da Lei Federal 14.133, de 01/04/2021.

### 2. DA ABERTURA

2.1. A sessão pública será efetivada no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

2.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) dirigida por um Pregoeiro, às **9h do dia 29 de junho de 2026**, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site abaixo:

[WWW.LICITANET.COM.BR](http://WWW.LICITANET.COM.BR)

Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá MARCAR a opção de que atende plenamente os requisitos e exigências de habilitação previstas no Edital, sendo oportunizado ao licitante no momento do salvamento da proposta e anexar a Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento as Exigências de Habilitação previstas no Edital.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação:

3.1.1. Este processo possui valor estimado de contratação acima de R\$ 80.000,00, porém o mesmo não possui reserva de cotas para Microempresas, conforme Lei Complementar 147/2014, por tratar-se de objeto de natureza não divisível ou por acarretar prejuízos ao conjunto complexo do objeto (Artigo 48 da referida lei). A divisão do objeto comprometeria a padronização das refeições, a logística operacional e a fiscalização contratual.

3.2. Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que cumprir as exigências deste edital, apresentando todos os documentos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante.

3.3. É vedada à participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou falência, ou que tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público nas esferas municipais, estaduais e federais, e nem esteja suspensa e/ou impedida de participar de licitações no município de Cocal do Sul;

3.4. Não poderão participar da presente licitação as interessadas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação, tenham sido declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar com a Administração Pública.

3.5. Não poderão participar da presente licitação empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores municipais, o(a) Pregoeiro(a) ou seu substituto ou dos membros da Equipe de Apoio.

3.6. A Administração poderá apurar eventual prática de conluio entre licitantes, nos termos da legislação vigente.

3.7. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.8. Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site abaixo:

[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

3.9. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá MARCAR a opção de que atende plenamente os requisitos e exigências de habilitação previstas no Edital, sendo oportunizado ao licitante no momento do salvamento da proposta e anexar a Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento as Exigências de Habilitação previstas no Edital.

3.10. Serão admitidos a participar deste Edital, qualquer empresa, com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação, sendo a proponente a ser contratada, a única responsável pela execução dos serviços.

### 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

Avenida Polidoro Santiago, nº 519 – CEP 88.845-000 – COCAL DO SUL/SC - CNPJ 95.778.056/0001-88  
Fone: (48) 3444-6000 – E-MAIL: [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
PODER EXECUTIVO**

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cocal do Sul, promotor da licitação, responsabilidade.

## **5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

5.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão, até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) conter, em campo próprio do sistema, o preço total, sendo que:

a.1) no preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação;

b) conter, em campo próprio destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a especificação complementar do objeto cotado;

5.1.2. A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação.

5.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro, pelo sistema, ou de sua desconexão.

5.5. Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

## **6. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO**

6.1. Encerrado o prazo de recebimento das propostas o pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, verificando a validade das propostas conforme exigências do edital.

## **7. DO MODO DE DISPUTA**

7.1. O modo de disputa definido neste Pregão será ABERTO, conforme inciso I, art. 56 da Lei Nº. 14.133/2021:

a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nas alíneas "a" e "b", a sessão pública será encerrada automaticamente.

## **8. FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico e no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO DO ITEM.

8.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

8.3.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.3.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.3.3. Os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO DO ITEM.

8.3.4. Os lances deverão obedecer ao intervalo de lances de no mínimo **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

8.4. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

8.5. A etapa de lances seguirá a sequência de prazos de acordo com o item anterior do edital, obedecendo às normas do MODO DE DISPUTA ABERTO.

8.6. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.7. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará o nome da licitante cujo preço foi o menor.

8.8. Decorrida a etapa de lances, será dada preferência de contratação em todos os itens/lotes para as microempresas e empresas de pequeno porte, como critério de desempate no intervalo percentual de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.8.1. O benefício será concedido quando a então vencedora dos lances não estiver enquadrada nos termos da Lei Complementar Nº. 123/06;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**  
**PODER EXECUTIVO**

8.8.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, não ocorrendo à contratação, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo do caput.

8.8.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

## **9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. Após análise da proposta, o Pregoeiro divulgará a melhor proposta classificada a participar da etapa de lances para cada item, e as propostas desclassificadas se houverem.

9.2. Na hipótese da proposta de menor valor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.2.1. No caso de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Micro Empreendedores Individuais, Produtores Rurais Pessoa Física, Agricultores Familiares e Sociedades Cooperativas de Consumo:

a) Serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal e trabalhista, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) Serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, declarando o atendimento das exigências constantes do edital com a respectiva habilitação ou o desatendimento das exigências constantes do edital com a suspensão do julgamento da habilitação para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco) a critério da Administração, a licitante possa proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.3. Será desclassificada a proposta que:

9.3.1. Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

9.3.2. Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;

9.3.3. Apresente preço excessivo ou manifestamente inexequível;

9.4. Transcorrida a etapa de lances, será considerado excessivo o preço do último lance, ou do valor negociado com o pregoeiro, ou da proposta comercial da licitante no caso de não haver lances, que for composto por preço unitário superiores aos preços de referência que nortearam a Administração Pública.

9.5. Não será aceita pelo pregoeiro proposta de preço que contemple preço unitário acima dos preços unitários de referência que nortearam a Administração.

9.6. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela administração.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Encerrada a etapa de lances, para fins de habilitação ao certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos a:

### **10.1.2. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir;

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

### **10.1.3. RELATIVO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**  
**PODER EXECUTIVO**

- e) Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (art. 68, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011).

**10.1.4 RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
- a1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
- a2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

**10.1.5. SERÁ EXIGIDO AINDA DOS LICITANTES:**

- 10.1.5.1. Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da não ocorrência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma da Lei 14.133/21;
- 10.1.5.2. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em atendimento ao preceito do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei Nº. 9.854/99.
- 10.1.5.3. Para comprovação de condição de ME/EPPI:
- a) Microempresas e empresas de pequeno porte: Apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação desta condição, na forma do artigo 8º da IN Nº. 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC); **será considerada vigente este documento que for emitido no período máximo de 90 dias que antecede este processo licitatório.**

**10.1.6. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Certidão de Registro e Regularidade (CRR) da empresa no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN.
- b) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.
- c) **Alvará Sanitário**, emitido pelo órgão competente, comprovando que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância sanitária Estadual ou Municipal, correspondente ao domicílio da licitante no prazo estabelecido oficialmente.

**10.1.7. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:**

- a) Comprovação de a licitante possui em seu quadro permanente, profissional Nutricionista de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente, devidamente registrado no CRN, devendo juntar pra tais comprovações os seguintes documentos:
- a.1) Cópia da carteira de trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o profissional Nutricionista indicado pertence ao quadro permanente da empresa, ou;
- a.2) Cópia da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do estado ou cópia da última alteração contratual da empresa, no caso do profissional Nutricionista se sócio/proprietário da mesma, ou;
- a.3) Cópia de contrato de regime de prestação de serviços e/ou outro documento equivalente, ou;
- a.4) Certidão de Registro e Regularidade do profissional junto ao CRN.

**10.2.** Conjuntamente com a análise dos documentos exigidos no item 10 deste edital, o Pregoeiro realizará as seguintes consultas, sendo que a licitante deverá estar regular para que seja proferida sua habilitação, conforme § 4º, Artigo 91 da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- a) **Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;**
- b) **Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.**

**10.3.** Após o início da sessão, não será considerado válido o envio de novos documentos, salvo em caso de diligência.

**11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

- 11.1. **ATENÇÃO:** Os documentos de habilitação solicitados deverão ser anexados no sistema de compras eletrônicas, endereço [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), devendo o licitante anexar ao processo deste pregão quando do cadastramento da proposta de preço.
- 11.2. É de suma importância que os licitantes mantenham sua habilitação atualizada junto ao sistema, visto que, o pregoeiro inabilitará o licitante observado o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.3. Fica facultado, a critério do Pregoeiro, solicitar a documentação de habilitação original (toda ou em parte) via correio para realização de conferências que se fizerem necessárias.
- 11.3.1. Os originais dos documentos quando exigidos na sessão, deverão ser entregues ao Pregoeiro, no endereço: Sala de Licitações, no prédio da PREFEITURA - situado, na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519, Bairro Centro – Cocal do Sul/SC-CEP: 88.845-000, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do encerramento da sessão, transcorrida no sistema de compras eletrônicas, em que declarou a empresa habilitada.
- 11.3.2. Toda a documentação encaminhada ao Pregoeiro deverá ser apresentada no original, ou por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.
- 11.3.3. A documentação solicitada nos termos do item 11.3 será pré-requisito para assinatura do termo contratual ou ata de registro de preços correspondente aos itens vencidos no presente processo licitatório.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**  
**PODER EXECUTIVO**

11.4. **ATENÇÃO:** Procedida a habilitação (no prazo máximo de 02 (duas) horas) e transcorrida a etapa recursal, a empresa deverá anexar no sistema a proposta atualizada dos itens os quais restou vencedora, nos termos do edital no prazo máximo de 02 (duas) horas.

11.4.1. A proposta atualizada também poderá ser solicitada via correio, a critério do Pregoeiro, nos termos do item 11.3.

11.5. Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de ME/EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar tal opção na tela de cadastramento da proposta no sistema eletrônico, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC 123/2006.

11.5.1. O sistema somente identificará a licitante como ME/EPP caso ela faça a opção indicada na plataforma eletrônica, no momento do cadastramento da proposta.

11.5.2. Este é o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza à licitante declarar sua condição de ME/EPP, requisito indispensável para que possa exercer o direito de preferência e de comprovação posterior da regularidade fiscal estabelecidos na LC Nº. 123/2006, conforme previsto neste edital.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS**

12.1. As impugnações ao ato convocatório e os pedidos de esclarecimentos serão recebidos em até 03 (três) dias úteis (setenta e duas horas) antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

12.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

12.2.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.3.2. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Nº. 14.133/21, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através do Sistema Eletrônico.

13.2. O pregoeiro abrirá o prazo de 15 (quinze) minutos, onde qualquer licitante poderá, de forma imediata, manifestar sua intenção de recorrer.

a) A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

b) O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis.

13.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

## **14. DA HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

14.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar Termo Contratual, Ata de Registro de Preços ou documento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Cocal do Sul.

15.1.1. Alternativamente à convocação, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2. A recusa injustificada do licitante em assinar o Termo Contratual, a Ata de Registro de Preços ou documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação da penalidade prevista no art. 156 da lei 14.133/2021.

15.3. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o documento, o Município convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

16.1. As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual (anexo I) que independentemente faz parte integrante deste edital.

## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

115 - 16.001.15.451.0012.2043.3.3.90.00.00 / 1.500.7000.5000 - Recursos Ordinários

96 - 15.001.12.361.0009.2036.3.3.90.00.00 / 1.500.1001.5001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

12 - 11.001.10.302.0008.2018.3.3.90.00.00 / 1.500.1002.5002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

4 - 12.001.08.244.0013.2025.3.1.90.00.00 / 1.660.7000.5035 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social- SUAS/União

4 - 12.001.08.244.0013.2025.3.1.90.00.00 / 1.500.7000.5000 - Recursos Ordinários

3 - 12.001.08.244.0013.2024.4.4.90.00.00 / 1.500.7000.5000 - Recursos Ordinários



## **18. DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

18.1. As formas de pagamento e de reajuste são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual (Anexo I) que independentemente de transcrição faz parte integrante deste Edital.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES**

19.1. Incumbe ao Município/Cocal do Sul/SC:

I – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato/instrumento equivalente, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do produto, objeto desta licitação.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

19.2. Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I – realizar a entrega dos produtos, objeto da presente licitação, nos prazos previstos conforme Edital;

II – pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

III – substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o produto rejeitado, recusado pela fiscalização do contrato/instrumento equivalente;

IV – atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato/instrumento equivalente, inerentes ao objeto da contratação;

V – manter, durante a execução do contrato/instrumento equivalente, as mesmas condições da habilitação.

VI – assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes e demais custos que se fizerem necessários para a entrega dos produtos.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

20.2. Pela prática das infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.3. As sanções serão aplicadas conforme a natureza e gravidade da infração, observados os critérios previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4. Sem prejuízo das demais sanções cabíveis, poderão ser aplicadas as seguintes multas:

a) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado na execução do objeto, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela em atraso;

b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do objeto;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato em razão do descumprimento de obrigações contratuais acessórias ou de infrações que não caracterizem inexecução total.

20.5. A aplicação das penalidades previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

20.6. O processo administrativo para aplicação das sanções observará o disposto nos arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

20.7. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Administração, cobradas administrativamente ou judicialmente, observada a legislação vigente.

## **21. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

21.1. A inexecução total ou parcial do contrato/instrumento equivalente enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas na Lei Nº. 14.133/21.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante registro em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus nexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
PODER EXECUTIVO**

22.8. Quando houver suspeita de conluio entre os licitantes, má fé ou qualquer ilicitude, o(a) Pregoeiro(a) poderá adotar medidas que impeçam estas de prosperar, encaminhando relatório dos fatos ocorridos durante a sessão ao Prefeito Municipal, para que este adote as medidas cabíveis.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

**Fazem parte integrante deste Edital:**

Anexo I - Minuta do Contrato;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação;

Anexo IV- Declaração de cumprimento do Disposto No Inciso XXXIII Do Art. 7º Da Constituição Federal;

Anexo V - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo VI - Modelo de Proposta de Preço.

Anexo VII – Matriz de Risco

Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul no Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, sito a Avenida Polidoro Santiago, 519, no horário das 07h30 às 12h e das 13h às 16h30min, ou pelo telefone: (0\*\*48) 3444 6006 ou pelo e-mail: [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

**PAÇO MUNICIPAL JARVIS GAIDZINSKI, 15 de junho de 2026.**

**ADEMIR MAGAGNIN  
PREFEITO MUNICIPAL**

Este Edital se  
encontra devidamente  
examinado e aprovado por  
esta Assessoria Jurídica.  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Rafael Colombo  
OAB/SC 24206  
MATRÍCULA 3072



CONTRATO N°. XX/PMCS/2026

## PREÂMBULO

CONTRATANTE: O Município de Cocal do Sul, com sede na Avenida Dr. Polidoro Santiago nº 519, Centro, Cocal do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 95.778.056/0001-88, neste ato representado neste ato representado pelo Sr. ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, a seguir denominado CONTRATANTE e a empresa ???, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXX, XXXXXX,  
inscrita no CNPJ/MF sob o Nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu XXXXXXXXXXXX. Contato: XX  
XXXXXXXX

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente tem como Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de Refeições Sistema Self-Service e Refeições pronta tipo Marmitta, para município de Cocal do Sul. Obedecendo integralmente às especificações e determinações pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência (anexo II) deste edital.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O período de vigência do contrato a ser assinado com a licitante vencedora será por um período de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado mediante instrumentalização de termos aditivos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente conforme Art. 107 da Lei Federal 14.133, de 01/04/2021.

O período de vigência contratual estipulado, não exige a Administração contratante da comprovação de existência de recursos orçamentários aprovados por lei, nos termos do artigo 167, inciso II, da Constituição Federal, para efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura do contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelo fornecimento das refeições o preço unitário proposto que é: (descrever planilha do material/serviço com valor unitário).

1				

Valor Global Total estimado é de: R\$ XXXXXX (xx)

Nos preços unitários propostos já estão computados, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos, todas as taxas e impostos, seguros, leis sociais, tributos de qualquer natureza.

É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Artigo 124, da Lei Nº 14.133/21.

Os valores contratados serão corrigidos de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, de acordo com o IPCA acumulado no período, a partir da solicitação da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o “**CERTIFICADO**” pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

**1.2.** Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Cocal do Sul-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativo a Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos. **A CONTRATADA com sede no Município de Cocal do Sul-SC também deverá apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal e ainda, comprovante de recolhimento do ISS, sob pena de retenção.**

**2.1.** O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
PODER EXECUTIVO**

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. As despesas decorrentes deste contrato correrão conforme a dotação orçamentária:

- 115 - 16.001.15.451.0012.2043.3.3.90.00.00 / 1.500.7000.5000 - Recursos Ordinários  
96 - 15.001.12.361.0009.2036.3.3.90.00.00 / 1.500.1001.5001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação  
12 - 11.001.10.302.0008.2018.3.3.90.00.00 / 1.500.1002.5002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
4 - 12.001.08.244.0013.2025.3.1.90.00.00 / 1.660.7000.5035 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social- SUAS/União  
4 - 12.001.08.244.0013.2025.3.1.90.00.00 / 1.500.7000.5000 - Recursos Ordinários  
3 - 12.001.08.244.0013.2024.4.4.90.00.00 / 1.500.7000.5000 - Recursos Ordinários

**CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE**

Incumbe a PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL:

- I) Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste contrato;  
II) Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;  
III) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;  
IV) Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;  
V) Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA**

1. A CONTRATADA obriga-se a:

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

- I) Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas neste contrato, bem como no edital e seus anexos;  
II) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.  
III) Manter durante a vigência deste contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;  
IV) Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;  
V) Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos neste contrato, no edital de licitação e seus anexos.  
VI) Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;  
VII) Assumir, relativamente a seus empregados e prepostos, todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, inclusive em caso de acidente de trabalho, ainda que verificados nas dependências da Contratante, os quais com esta não terão qualquer vínculo empregatício.

Parágrafo primeiro - Qualquer alteração nos prazos de entrega dependerá de prévia aprovação por escrito do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

1. A alteração de qualquer disposição estabelecida neste Contrato, somente se reputará válida se tornadas expressas em Instrumento Aditivo, que se aderirá ao presente Contrato, passando a fazer parte dele, sendo que a alteração contratual está autorizada pela Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

O presente Contrato terá como penalidades:

De conformidade com o estabelecido nos artigos 162 e 163 da Lei Federal Nº 14.133/2021, a licitante adjudicada que descumprir as condições deste Edital de Licitação, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

Multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do termo contratual, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do mesmo.

No caso de atraso ou negligência na execução dos serviços, será aplicada multa diária de 0,1% (zero vírgula um por cento) calculado sobre o valor global do termo contratual, até o 10 (décimo) dia.

Em caso de inexecução parcial ou total do termo contratual, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:  
Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) do valor global do Empenho;

Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Os valores das multas serão descontados de qualquer fatura ou crédito existente no Órgão não se efetuando qualquer pagamento de fatura, enquanto referida multa houver sido paga ou relevada a penalidade aplicada.

O valor da multa será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Nenhum pagamento será feito a licitante ser contratada, que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a multa.

Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.

A infração de quaisquer outras cláusulas ou condições do presente Contrato, sujeitará a CONTRATADA (independentemente do pagamento da multa correspondente, a critério da CONTRATANTE), na rescisão do Contrato, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, sem que caiba a CONTRATADA, o pagamento de qualquer ônus ou saldo contratual, a ser executado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos previstos no capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/21;

amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, descabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardada, no entanto, o interesse público;

pelo descumprimento por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e contratuais, fica assegurado ao CONTRATANTE, o direito de rescindir o Contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial;

judicialmente, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES**

Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Pregão Presencial 24/PMCS/2026, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**  
**PODER EXECUTIVO**

Ficam também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

1. Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor, o direito e a jurisprudência, especialmente pela Lei nº 14.133/21.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

Será a Fiscal deste Contrato, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o Foro da Comarca de Urussanga, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir na decorrência da relação contratual, excluindo qualquer outro foro por mais privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem de acordo, assinam o presente contrato para que produza os efeitos do direito, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Cocal do Sul, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

<b>ADEMIR MAGAGNIN</b> Prefeito Municipal,	CONTRATADA Nome: XXXXXXXX CPF:XXXX	Nome: XXXXXXXX CPF/: XXXXX FISCAL DO CONTRATO
---	---------------------------------------	--

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,...de.....de 2026.



## ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada apresenta o melhor equilíbrio entre segurança alimentar, cumprimento das normas sanitárias, flexibilidade de formatos (self-service e marmita), atendimento a restrições alimentares, sustentabilidade e adaptação ao interesse público.

Permite respostas ágeis às variações de demanda, garante gestão profissional do preparo e distribuição das refeições e reduz os riscos e ônus operacionais para a Administração Pública.

As empresas especializadas possuem infraestrutura adequada, equipe capacitada, responsável técnico habilitado e condições de atender às exigências nutricionais, sanitárias e legais aplicáveis, assegurando eficiência, qualidade e economicidade na prestação dos serviços.

### 2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições do tipo Self-Service e Refeição Pronta Tipo Marmita, destinadas ao atendimento dos servidores públicos municipais e usuários dos programas desenvolvidos pelo Município de Cocal do Sul, pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD DIÁRIA ESTIMADA	QTD ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$	PREÇO TOTAL MÁXIMO R\$														
1	<p><b>REFEIÇÃO SISTEMA SELF-SERVICE</b></p> <p><b>Cardápio mínimo obrigatório:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Arroz branco e/ou integral;</li><li>• Feijão tipo 1 (preto ou vermelho);</li><li>• Macarrão;</li><li>• 01 (uma) guarnição diária composta por legumes cozidos, legumes refogados, farofa, purê de batata, purê de aipim, nhoque ou similar;</li><li>• 03 (três) variedades de saladas, sendo obrigatoriamente:<ul style="list-style-type: none"><li>• 01 variedade de folhas;</li><li>• 01 variedade de legumes crus;</li><li>• 01 variedade de legumes ou grãos cozidos;</li></ul></li><li>• 02 (duas) opções de proteína animal por refeição, totalizando no mínimo 170g (85g + 85g), podendo ser:<ul style="list-style-type: none"><li>• carne bovina;</li><li>• carne suína;</li><li>• frango;</li><li>• peixe;</li><li>• preparações assadas, cozidas ou grelhadas;</li></ul></li><li>• 01 copo de suco de 300 ml;</li><li>• Disponibilização de azeite, vinagre e sal.</li></ul> <p><b>Padrão nutricional mínimo:</b></p> <table><tr><th>Componente</th><th>Quantidade mínima</th></tr><tr><td>Valor energético</td><td>700 a 1.000 kcal</td></tr><tr><td>Proteínas</td><td>25 g</td></tr><tr><td>Carboidratos</td><td>80 g</td></tr><tr><td>Lipídios</td><td>20 g</td></tr><tr><td>Fibras alimentares</td><td>8 g</td></tr><tr><td>Proteína animal</td><td>170 g</td></tr></table> <p><b>Local de fornecimento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Secretaria Municipal de Infraestrutura;</li><li>• Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.</li></ul> <p><b>Dias de fornecimento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Segunda a sexta-feira.</li></ul>	Componente	Quantidade mínima	Valor energético	700 a 1.000 kcal	Proteínas	25 g	Carboidratos	80 g	Lipídios	20 g	Fibras alimentares	8 g	Proteína animal	170 g	145	35.000 almoços	20,84	729.400,00
Componente	Quantidade mínima																		
Valor energético	700 a 1.000 kcal																		
Proteínas	25 g																		
Carboidratos	80 g																		
Lipídios	20 g																		
Fibras alimentares	8 g																		
Proteína animal	170 g																		
2	<p><b>REFEIÇÃO PRONTA TIPO MARMITA</b></p> <p><b>Composição mínima obrigatória:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Peso mínimo de 800 (oitocentos) gramas, excluindo a embalagem;</li><li>• Arroz e/ou macarrão;</li><li>• Feijão;</li><li>• Duas porções de proteína animal, totalizando no mínimo 170g;</li><li>• Guarnição composta por legumes, vegetais cozidos, farofa, purê, nhoque ou similar;</li><li>• Salada diversificada contendo preparações cruas e cozidas, acondicionada separadamente;</li><li>• Temperos acondicionados separadamente quando necessário;</li></ul>	100	11.000 marmitas	18,31	204.710,00														



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**  
**PODER EXECUTIVO**

- Acondicionada em embalagens tipo “marmite de isopor”.

Padrão nutricional mínimo:

Componente	Quantidade mínima
Valor energético	700 a 1.000 kcal
Proteínas	25 g
Carboidratos	80 g
Lipídios	20 g
Fibras alimentares	8 g
Proteína animal	170 g

**Local de entrega:**

Conforme solicitação da Administração Municipal.

**Dias de fornecimento:**

Finais de semana, feriados e demais situações autorizadas pela Administração.

**VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 934.110,00**

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. As refeições deverão ser preparadas no mesmo dia do consumo.
- 3.2. Os alimentos deverão apresentar aspecto, cor, odor, sabor e textura característicos, livres de contaminantes físicos, químicos ou biológicos.
- 3.3. A contratada deverá promover rotatividade dos cardápios, evitando repetição excessiva das preparações.
- 3.4. Quando solicitado pela Administração, deverão ser disponibilizadas refeições adaptadas para usuários com restrições alimentares previamente informadas.
- 3.5. A contratada deverá possuir instalações adequadas ao preparo, armazenamento, transporte e distribuição dos alimentos.

### 4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 4.1. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual profissional Nutricionista regularmente inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN.
- 4.2. O nutricionista será responsável pela elaboração, supervisão e acompanhamento dos cardápios e procedimentos relacionados à segurança alimentar.
- 4.3. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória da responsabilidade técnica.

### 5. EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS

- 5.1. A contratada deverá atender integralmente:
  - RDC ANVISA nº 216/2004;
  - RDC ANVISA nº 275/2002;
  - Código Sanitário Estadual;
  - Demais normas sanitárias federais, estaduais e municipais aplicáveis.
- 5.2. Os alimentos quentes deverão ser mantidos em temperatura mínima de 60°C até o momento da distribuição.
- 5.3. Os alimentos frios deverão ser mantidos entre 0°C e 10°C, ou conforme os limites definidos pela legislação sanitária vigente.

### 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Disponibilizar funcionário para auxiliar na distribuição dos alimentos quando exigido pela Administração.
- 6.2. Disponibilizar toda a estrutura necessária para o serviço, incluindo:
  - buffet térmico;
  - pratos;
  - copos;
  - talheres;
  - utensílios de serviço;
  - recipientes térmicos.
- 6.3. Realizar a higienização dos equipamentos e utensílios utilizados.
- 6.4. Fornecer refeições em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.
- 6.5. Substituir imediatamente refeições rejeitadas pela fiscalização.
- 6.6. Manter todas as licenças e autorizações necessárias à execução contratual.

### 7. CONTROLE DE QUALIDADE E FISCALIZAÇÃO





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
PODER EXECUTIVO**

7.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A fiscalização poderá realizar inspeções, diligências e verificações a qualquer tempo.

7.3. A contratada deverá disponibilizar quando solicitado:

- a) Cardápio elaborado pelo nutricionista responsável;
- b) Comprovante de vínculo do nutricionista;
- c) Alvará Sanitário vigente;
- d) Registros de controle de temperatura;
- e) Documentos de controle de qualidade.

7.4. Serão verificados:

- a) Peso mínimo de 800g das marmitas, excluindo a embalagem;
- b) Quantidade mínima de proteínas;
- c) Qualidade dos alimentos;
- d) Temperatura adequada;
- e) Higiene do preparo, transporte e distribuição;
- f) Cumprimento do cardápio contratado.

7.5. Serão recusadas as refeições que apresentarem:

- a) Peso inferior ao estabelecido;
- b) Quantidade inferior à especificada;
- c) Alterações de odor, sabor, cor ou textura;
- d) Temperatura inadequada;
- e) Presença de contaminantes ou corpos estranhos;
- f) Descumprimento das normas sanitárias.

7.6. Substituir imediatamente, ou no prazo máximo de 01 (uma) hora, as refeições rejeitadas pela fiscalização.

7.7. A reincidência de irregularidades poderá ensejar aplicação das penalidades previstas no edital, contrato e nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço por item.

#### **9. PRAZO DE VIGÊNCIA**

A contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **10. ESTIMATIVA DE CONSUMO**

O quantitativo informado constitui mera estimativa de consumo, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração, que efetuará as solicitações conforme sua necessidade efetiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

"M O D E L O"

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
CNPJ  
ENDEREÇO

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

**Para fins de participação no Edital de Pregão Eletrônico nº 24/PMCS/2026, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021.**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
PODER EXECUTIVO**

**ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

"M O D E L O"

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
CNPJ  
ENDEREÇO

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
DE 1988.**

Para fins de participação, no Edital de Pregão Eletrônico Nº 24/PMCS/2026, em cumprimento com o que determina o Art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificadas do representante legal da empresa proponente.



**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

***(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)***

***Prezados Senhores,***

Empresa: \_\_\_\_\_, inscrito no  
CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº  
\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no  
item 5.1 do Capítulo V do Edital de Pregão Eletrônico Nº 24/PMCS/2026, que Atende Plenamente aos Requisitos de  
Habilitação, conforme exigido na Lei Federal nº 14.133/2021.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Assinatura, Nome, Cargo e Função**  
***(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)***





## PROPOSTA DE PREÇOS

## DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Endereco:

CIDADE: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Estado: CEP:

Fone:                      Fax:

E-Mail: Contato:

## DADOS BANCÁRIOS

Banco: Conta corrente:

Cidade:

Titular da Conta Corrente: CNPJ:

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Nome:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF: RG:

Cargo: Telephone:

[illegible]

**1) Nos preços propostos já estão incluídas** todas as despesas com frete/transporte, seguro, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, materiais e equipamentos necessários para fornecimento / entrega e instalação do equipamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

**VALIDADE DA PROPOSTA:** (no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite para a entrega das propostas).

## LOCAL e DATA:

**NOME – CPF E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA**



## ANEXO VII – MATRIZ DE RISCOS

### MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente Matriz de Riscos estabelece a repartição objetiva das responsabilidades entre a Administração e a futura contratada, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual e a adequada execução do objeto.

Evento de Risco	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medidas Mitigadoras
Aumento ordinário dos preços dos gêneros alimentícios dentro da variação normal de mercado	Média	Médio	Contratada	Gestão eficiente de compras e estoques.
Aumento extraordinário e imprevisível dos preços dos insumos alimentícios que caracterize fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis	Baixa	Alto	Compartilhado	Aplicação dos mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro previstos na Lei nº 14.133/2021.
Falta de mão de obra da contratada	Média	Médio	Contratada	Manutenção de quadro de reserva e substituições imediatas.
Ausência ou desligamento do nutricionista responsável técnico	Média	Alto	Contratada	Substituição imediata por profissional habilitado e regularmente inscrito no CRN.
Descumprimento das normas sanitárias	Baixa	Alto	Contratada	Fiscalização contínua, treinamento de pessoal e manutenção das licenças obrigatórias.
Contaminação alimentar ou surto alimentar decorrente da execução contratual	Baixa	Muito Alto	Contratada	Controle sanitário rigoroso, boas práticas de manipulação e acompanhamento técnico.
Atraso na entrega das refeições	Média	Alto	Contratada	Planejamento logístico adequado e contingenciamento operacional.
Fornecimento de refeições em desacordo com as especificações do Termo de Referência	Média	Alto	Contratada	Fiscalização contratual e substituição imediata das refeições rejeitadas.
Interrupção temporária do fornecimento de energia elétrica ou água na estrutura da contratada	Baixa	Alto	Contratada	Plano de contingência operacional e utilização de equipamentos adequados.
Alteração unilateral das quantidades efetivamente consumidas pela Administração dentro dos limites legais	Média	Médio	Administração	Planejamento da demanda e comunicação prévia à contratada.
Erros na estimativa de consumo constante do edital	Média	Médio	Administração	A estimativa possui caráter referencial, não gerando obrigação de contratação integral.
Casos fortuitos ou força maior (enchentes, vendavais, calamidades públicas, pandemias ou eventos similares)	Baixa	Alto	Compartilhado	Avaliação individualizada do impacto contratual e adoção das medidas previstas em lei.
Paralisações decorrentes de determinações de órgãos sanitários ou autoridades públicas por fato não imputável à contratada	Baixa	Alto	Compartilhado	Readequação da execução contratual e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
Falhas de fiscalização da execução contratual	Baixa	Médio	Administração	Designação formal de fiscal e gestor do contrato.
Variações normais de demanda entre os	Alta	Baixo	Administração	Quantitativos estimativos sem



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
PODER EXECUTIVO

Evento de Risco	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medidas Mitigadoras
quantitativos estimados e efetivamente consumidos				garantia de consumo mínimo.

### **CRITÉRIOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Os riscos classificados como de responsabilidade da contratada já se encontram considerados na formação dos preços ofertados e não ensejarão pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

Os riscos classificados como compartilhados poderão ensejar revisão contratual, desde que comprovados os pressupostos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **DISPOSIÇÃO FINAL**

A presente Matriz de Riscos integra o Edital, o Termo de Referência e o Contrato Administrativo, servindo como instrumento de distribuição objetiva dos riscos inerentes à execução contratual.

### **Recomendação**

Para um contrato de fornecimento de refeições com valor estimado de **R\$ 934.110,00**, essa matriz está em um nível adequado para análise do controle interno, assessoria jurídica e eventual fiscalização do TCE-SC. Não recomendo uma matriz mais extensa, pois o objeto é relativamente simples e uma matriz excessivamente detalhada costuma gerar mais dúvidas do que benefícios práticos.